

A JUSTIÇA DO TRABALHO E SUA COMPOSIÇÃO PARITÁRIA

Tarcísio de Miranda Monte (*)

A perspectiva da Revisão Constitucional trouxe de volta a já conhecida polêmica sobre a representação paritária na Justiça do Trabalho. Opiniões radicais se levantam exigindo a sua extinção, enquanto que as mais ponderadas defendem a continuidade da instituição mediante a correção de suas falhas.

Pesquisando as suas origens, a história nos ensina que a primeira experiência de Tribunais especiais paritários surgiu em Lyon, na França, denominados "Conseils des Prud'hommes". Aprimorados a partir de 1848 conservam, até os dias atuais, uma estrutura composta por membros representantes dos empregados e dos empregadores.

No Brasil, a Justiça do Trabalho já nasceu paritária. Os primeiros organismos destinados a dirimir litígios entre o capital e o trabalho, os "Tribunais Rurais", instituídos em 1922, no Estado de São Paulo, com prestação jurisdicional dirigida às alterações de trabalho no meio rural, eram constituídos por dois membros representantes das classes dos proprietários rurais e dos trabalhadores do campo, escolhidos pelos próprios litigantes, sob a presidência de um Juiz de Direito de Comarca.

Posteriormente, em 1932, através de decretos, foram criadas as Juntas de Conciliação e Julgamento e as Comissões Mistas de Conciliação, obedecendo ao princípio da representação paritária, com membros eleitos pelas associações de empregados e de empregadores, além de um presidente de livre nomeação do Governo.

Finalmente, através do Decreto-lei nº 9.797, de 09.09.46, a Justiça do Trabalho veio a integrar os órgãos do Poder Judiciário, com a estrutura que ainda

hoje permanece, exigida a paridade de representação de empregados e empregadores, em todas as suas instâncias.

Periodicamente surgem movimentos que objetivam suprimir a representação classista da Justiça Laboral, fundamentados nos mais diversos argumentos para justificar a insatisfação com a instituição:

- o despreparo dos Juízes leigos, principalmente os de primeira instância que não contam com assessoria técnica;

(*) Tarcísio de Miranda Monte é ex-Presidente e Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

- a parcialidade e a dependência a que ficam submetidos na apreciação da lide porque, vinculados à categoria profissional ou econômica, ficam inibidos de votar contra os interesses das classes que representam;

- o alto custo que sua manutenção representa para o orçamento da Justiça do Trabalho;

- e, finalmente, a aposentadoria após cinco anos de exercício do mandato.

Sendo estas as principais alegações opostas à continuidade da representação paritária, passaremos a analisá-las de modo sucinto.

A Justiça do Trabalho, como Justiça Especializada, tem por finalidade primordial a solução dos conflitos sociais, primeiramente mediante a conciliação e, secundariamente, através de pronunciamento decisório.

Nos embates entre o capital e o trabalho que buscam uma solução judicial para os seus desentendimentos, a figura do Juiz Classista Temporário tem especial relevância. Como legítimos representantes de suas categorias, a vivência e o conhecimento do dia-a-dia e das peculiaridades e características de determinada questão social, torna-os aptos a alcançar com mais propriedade a intenção e a disposição das partes em litígio e, conseqüentemente, a deduzir a solução que melhor atende aos interesses em conflito. Por serem iguais, inspiram confiança às partes e tornam a Justiça Social mais humana e mais próxima dos jurisdicionados. São todos estes fatores que possibilitam um número tão significativo de conciliação na fase de conhecimento no primeiro grau. O solucionar da lide no início do procedimento, além de contribuir para a celeridade e economia processuais, ameniza a tensão social sempre presente no decorrer da demanda. E o mérito de tantas questões apaziguadas prematuramente mediante conciliações é, sem dúvida, dos Juízes leigos. O fato de não serem técnicos em direito e nem contarem com a assessoria jurídica, em nada

diminui a sua importância na missão de abrandar o choque entre as classes. Dessa parte técnica e formal na aplicação da norma legal, já cuida o Juiz Togado. Como bem define Lélia Guimarães Carvalho Ribeiro (LTr, 5803/301), "no conflito entre capital e o trabalho, o ideal é que as partes façam autocomposição, deixando o Estado cada vez mais alheio ao conflito".

Não procede, também, a imputação de parcialidade e de dependência dos Juízes Classistas, sob o argumento de que relutam em votar contra o interesse da categoria a que se encontram vinculados. Frustradas as tentativas de acordo, pode ser comprovado estatisticamente que, na sua quase totalidade, as sentenças do Colegiado de primeiro grau têm votação unânime. A ausência de tecnicismo jurídico dos Juízes leigos é substituído pelo bom senso de quem, apesar de se posicionar de um lado da questão, convive diuturnamente com o lado oposto. Se realmente houvesse a tendência em não contrariar o interesse da classe representada, ainda assim prevaleceria o equilíbrio por que, se interesses conflitantes caberia ao Juiz Togado o voto de desempate. A manutenção da formação paritária, na verdade, não representa ônus tão significativo para o orçamento da Justiça do Trabalho. Os números apresentados pelos opositores da instituição pecam pelo exagero. Os dados financeiros informam custo de 8% com salários e aposentadoria dos Juízes leigos. Conseqüentemente, as despesas tanto com os aposentados quanto com os que se encontram em atividade são pouco expressivas no contexto geral do custeio de pessoal.

Como qualquer outro trabalhador, para fazer jus à aposentadoria integral, é indispensável que o classista tenha exercido 35 anos de atividade remunerada abrangida pela Previdência Social Urbana, aí incluídos os 5 anos de efetiva judicatura que, por sua vez, depende de reinclusão em lista tríplice e de nova escolha pela autoridade competente para a nomeação. Como se vê, a crítica fundamentada no argumento de que bastam 5 anos de mandato para propiciar a aposentadoria com proventos iguais aos dos Juízes vitalícios não passam de meia verdade.

De fato uma meia verdade não passa de uma mentira e meia.

O que são os Juízes Classistas? Serão Magistrados? - parece que não. Falta-lhes, no tripé, o sustentáculo essencial da vitaliciedade.

- Serão eles funcionários públicos? Também a resposta será negativa, pois não se enquadram no Estatuto da antiga Lei 1.711/50 e suas subseqüentes.

- Serão parlamentares? Fica evidente que não, pois não foram eles escolhidos pelo voto popular.

Nessa parafernália, entretanto, eles se aproximam mais dos parlamentares: possuem mandato a cumprir e por tempo certo. Não deveriam, na sujeição do estatuto funcional público, sequer se submeterem à aposentadoria compulsória dos 70 anos.

Magistrados é que eles não são. Embora integrem um colegiado judicante, o cargo que ocupam é temporário, e não está sujeito a concurso público de provas e títulos como manda a Lei Maior.

Deixo para cada um a confusão e a solução...

Uma análise serena da instituição e das críticas que lhe são dirigidas, faz-nos refletir que, se a representação paritária é adotada em vários países como a França, Alemanha, México, Argentina, e vem se mantendo entre nós há 50 anos com resultados satisfatórios, não há porque simplesmente extirpá-la da estrutura da Justiça do Trabalho, penso que melhor seria corrigir-lhe as falhas.

Toda vez que entra um Projeto de Lei no Congresso Nacional se pensa na extinção dos Juízes Classistas ou Temporários. Ora, a Justiça do Trabalho é composta, essencialmente, pelo empregador e pelo empregado.

Poder-se-ia dizer, inclusive, que através da criação das Juntas de Conciliação e Julgamento os Juízes de Direito deixariam de possuir as atribuições dos Juízes do Trabalho, pois, nas localidades que inexistem Juntas, as reclamações trabalhistas eram apreciadas pelos Juízes da Justiça Comum.

Existem problemas de toda ordem, problemas de greves, de dissídios coletivos e etc. É a busca do equilíbrio. Vale salientar que o Juiz Presidente da Junta não vota, ele propõe o resultado da contenda, colhe os votos dos Classistas e se os dois chegarem a um acordo, mesmo divergindo da sua proposta, será por ele, o Juiz, redigido o acórdão, nesse caso, por unanimidade. Somente no caso de divergência de posicionamento dos Classistas é que o Presidente vota. Se acostando a um ou a outro.

Os direitos do vocalato se equipararam com atuação similar à dos jurados, aos quais a Consolidação das Leis do Trabalho os comparou expressamente para lhes deferir o gozo das mesmas prerrogativas, e somente essas. O exercício de suas atribuições, porém, fez sobressair a distinção das funções, entre vogais e jurados, apontando-se quanto aos primeiros a natureza permanente dos serviços, a percepção de remuneração e a existência de mandato inicialmente de dois anos, agora de três. Inclusive, o Tribunal Superior do Trabalho lhes reconheceu o direito ao gozo de férias remuneradas e aposentadoria, a qual vem sendo impiedosamente criticada nos últimos dias.

Os Juízes Classistas, cômicos da elevada responsabilidade que lhes é confiada, devem manter seus olhos voltados para a visão de uma sociedade justa, como síntese das reivindicações e das forças em conflito.

Este é o papel que a Justiça do Trabalho atribui aos seus Juízes Classistas e confia no seu desempenho, na salutar simbiose entre os fatos e a técnica, para alcançar a arte do Direito, em soluções plenas de justiça tocadas pela firme convicção de que a harmonia social é o caminho a ser trilhado na busca de dias melhores para todos os homens.

A paz social é o penhor da grandeza da humanidade.